



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 / 3464 – 1348 / 3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



ANEXO I

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR – ETP

Setor: Gestão

Responsável: Romero Borges Bittencourt

E-mail: saude@estreladalva.mg.gov.br

Secretaria: Saúde

CPF: 098.***.***-35

Telefone: (32) 3464-1181

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18, § 1º, inc. I da Lei nº 14.133/2021) e (art. 9º, inc. I da IN 58/2022)

DA DEFINIÇÃO DO OBJETO:

O objeto que se pretende avaliar e dimensionar no bojo do presente Estudo Técnico Preliminar consiste na futura contratação de pessoa jurídica especializada para a realização de exames laboratoriais de análises clínicas destinados, primordialmente, aos pacientes residentes no município de Estrela Dalva. A prestação destes serviços deverá ser executada de forma contínua, perpassando pela fase de coleta, processamento analítico e respectiva distribuição dos resultados, sempre mediante autorização prévia, expressa e programada da Secretaria Municipal de Saúde. O prazo de vigência inicial vislumbrado para a avença contratual é de doze meses, admitindo-se as prorrogações sucessivas legalmente cabíveis, de acordo com a necessidade contínua e a conveniência da Administração Pública. Cumpre sublinhar que, por nos encontrarmos na fase embrionária do planejamento, o instrumento de seleção adequado para materializar essa contratação, bem como o modelo ótimo de precificação, compõem o escopo investigativo deste estudo e serão minuciosamente fundamentados nos capítulos subsequentes.

No que tange à execução material dos serviços, esta ocorrerá sob a inteira e irrestrita responsabilidade da futura contratada, cujas dependências físicas deverão configurar um ambiente rigorosamente higienizado e aderente a todos os padrões e resoluções exarados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Impõe-se, outrossim, a utilização de equipamentos próprios e de aparelhagem de ampla dimensão tecnológica para assegurar a máxima precisão e facilitar a elaboração do laudo médico correlato, exigindo-se que tais maquinários possuam data de fabricação apta a atestar uma garantia superior a seis anos, sempre dentro dos preceitos normativos da entidade sanitária federal.

Sob o prisma logístico e de acesso ao cidadão, determina-se que a consecução dos exames ocorra nas dependências da própria contratada, a qual deverá manter sua sede ou unidade de atendimento circunscrita a um raio de distância de até dez quilômetros do município de Estrela Dalva. Na eventualidade de a proponente não possuir instalações físicas sediadas dentro do raio quilométrico estipulado, far-se-á compulsória a manutenção de um preposto qualificado para a realização das etapas de coleta diretamente na área urbana do nosso município, resguardando o conforto e a economicidade para a população local.

Adicionalmente, estabelece-se que todo e qualquer exame clínico inerente à prestação do serviço seja conduzido exclusiva e obrigatoriamente por profissional técnico qualificado, que figure como detentor de registro ativo e regular na entidade profissional competente de sua categoria. Exige-se, nesta toada, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 /3464 – 1348 /3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



detenção de alvará de funcionamento cancelado com certificado expedido pela Vigilância Sanitária, além da comprovação dos respectivos títulos de especialização profissional. A acessibilidade consagra-se como

premissa inegociável do atendimento, impondo à contratada o dever de ofertar condições arquitetônicas adequadas aos pacientes portadores de deficiência física ou com mobilidade reduzida, materializadas por meio da disponibilização de rampas, elevadores e demais adaptações estruturais pertinentes. Por fim, exige-se do prestador a garantia de ampla disponibilidade de dias e de horários, dimensionada em proporção suficiente para absorver, no mínimo, a demanda diária autorizada pelos setores competentes da nossa Secretaria Municipal de Saúde

DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

A imperatividade e a urgência administrativa desta contratação fundamentam-se, primeiramente, na constatação fática de que a rede pública municipal de Estrela Dalva não dispõe, em sua completude, de estrutura física laboratorial, de insumos específicos e de recursos humanos próprios na quantidade suficiente para absorver e realizar internamente toda a gama de exames de análises clínicas demandada pela nossa população local. Sob a ótica do ordenamento jurídico, e em estrita observância à normatização imposta pela Norma Operacional de Assistência à Saúde, impõe-se a todos os municípios integrados à rede do Sistema Único de Saúde o dever irrenunciável de oferecer este serviço gratuitamente aos seus munícipes.

Neste diapasão, a Carta Magna brasileira é cristalina ao prever, de forma cogente em seu artigo cento e noventa e seis, que a saúde consubstancia-se como um direito de todos e um dever do Estado, devendo ser garantido mediante o fomento de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos, além de propugnar pelo acesso universal e igualitário às ações e aos serviços que objetivam a promoção, a proteção e a respectiva recuperação do indivíduo. Consequentemente, para que esse preceito constitucional abandone o plano abstrato e exteriorize-se como uma realidade palpável na vida de cada residente, faz-se indispensável que a Administração Municipal edifique condições reais e efetivas de atendimento, assegurando que tal assistência alcance contornos de universalidade, amparando a todos que necessitam, e de integralidade, fornecendo todo o suporte diagnóstico de que a pessoa precise.

Sendo assim, o planejamento administrativo traduzido no presente artefato busca, de maneira premente e juridicamente embasada, suprir a necessidade orgânica de viabilizar à população os exames laboratoriais que, atualmente, não são plenamente ofertados em nossas Unidades Básicas de Saúde ou que, quando realizados, não possuem a robustez necessária para comportar satisfatoriamente toda a demanda excedente do município. Trata-se, portanto, de medida fulcral e indispensável para a elaboração de diagnósticos precisos e para a consecução dos tratamentos de saúde dos cidadãos estrelenses, promovendo a salvaguarda do bem maior tutelado pelo Estado, que é a vida humana.

Complementa-se ainda que em razão da deserção do Credenciamento nº 001/2026, onde foi consignado nos autos que não foram acudidos interessados em integrar o presente procedimento.

Considerando as manifestações dos laboratórios acerca da defasagem da tabela de exames anteriormente utilizada, baseada na Tabela SUS, faz-se necessário instaurar novo processo de credenciamento. Este deverá contemplar uma tabela de exames com valores de referência de pagamento compatíveis com o mercado,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 /3464 – 1348 /3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



mediante pesquisa de preços atualizada, de modo a assegurar a viabilidade da participação dos prestadores e a adequada execução dos serviços.

2. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

(art. 18, § 1º, inc. II da Lei nº 14.133/2021) e (art. 9º, inc. IX da IN 58/2022)

A contratação em tela encontra perfeito amparo e alinhamento com os instrumentos de planejamento estratégico da Administração Pública do Município de Estrela Dalva, refletindo o compromisso inalienável da gestão com a promoção da saúde pública e a garantia do bem-estar de seus munícipes.

Nos ditames da Lei Federal 14.133/2021, mais especificamente em seu Art. 18, parágrafo primeiro, inciso segundo, impõe-se a demonstração de que a contratação almejada coaduna-se com os ditames do Plano de Contratações Anual, evidenciando, dessa forma, a superação do amadorismo administrativo em prol de uma governança pública pautada pela previsibilidade e eficiência. Sendo assim, a delegação da prestação dos serviços de coleta e análises clínicas amolda-se perfeitamente às diretrizes traçadas no Plano Municipal de Saúde, cujo norte principal é a universalização do atendimento, a redução de filas e o incremento da precisão diagnóstica na rede básica.

Sob a ótica da continuidade da prestação dos serviços, cumpre destacar que os exames laboratoriais ostentam a natureza jurídica de serviços contínuos e essenciais. A interrupção ou a descontinuidade desse suporte diagnóstico acarretaria prejuízos irreparáveis aos tratamentos médicos em curso, colocando em risco a incolumidade física e a vida dos pacientes dependentes da rede municipal.

O princípio da continuidade dos serviços públicos, basilar no direito administrativo, obriga o gestor a adotar todas as providências acautelatórias para impedir hiatos assistenciais. Portanto, a modelagem desta contratação visa justamente pavimentar um fluxo ininterrupto e seguro de atendimento, garantindo que o maquinário da saúde pública opere de forma perene e eficaz ao longo de toda a vigência contratual delineada.

No que concerne ao substrato financeiro indispensável à consecução deste planejamento, ressalta-se que a demanda encontra pleno respaldo nas peças orçamentárias fundamentais do ente municipal. A despesa estimada para a prestação destes serviços laboratoriais está devidamente agasalhada no Plano Plurianual, que traça as metas de médio prazo da gestão, bem como obedece aos ditames da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que orienta a elaboração dos orçamentos anuais.

Consequentemente, o impacto financeiro oriundo da formalização desta futura parceria já se encontra devidamente previsto e suportado pelas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual vigente para o exercício. Tal harmonia entre a necessidade fática e a provisão contábil demonstra a responsabilidade fiscal do órgão requisitante, assegurando que o compromisso a ser firmado possuirá lastro financeiro sólido para



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 /3464 – 1348 /3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



honrar as contraprestações devidas ao futuro contratado, afastando qualquer risco de inadimplência por parte da Administração Pública.

3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

(art. 18, § 1º, inc. IV da Lei nº 14.133/2021) e (art. 9º, inc. V da IN 58/2022)

A mensuração prévia e exata do quantitativo de serviços a serem contratados na área da saúde pública, notadamente no que tange à realização de exames laboratoriais e análises clínicas, reveste-se de complexidade ímpar e imprevisibilidade fática.

A demanda por procedimentos diagnósticos oscila substancialmente em virtude de fatores epidemiológicos, sazonalidades de doenças, campanhas de prevenção e do próprio fluxo orgânico de atendimentos nas Unidades Básicas de Saúde do município de Estrela Dalva.

Diante deste cenário, e em estrita observância à busca pela eficiência administrativa e pela supremacia do interesse público, impõe-se o reconhecimento da inviabilidade técnica de se elencar, de forma pormenorizada e taxativa, o quantitativo individualizado para cada um dos múltiplos exames que compõem o rol de necessidades da municipalidade. A tentativa de engessar o planejamento em quantidades fixas por tipologia de exame acarretaria o risco iminente de subdimensionamento, deixando pacientes desassistidos, ou de superdimensionamento, comprometendo o orçamento com previsões irreais.

Por conseguinte, a modelagem técnica adotada para o presente artefato de planejamento afasta a quantificação unitária por item e consagra a estipulação de uma estimativa de valor financeiro global para a contratação.

Esta estimativa financeira repousa sobre a análise do histórico de consumo da Secretaria Municipal de Saúde em exercícios anteriores, devidamente alinhada à disponibilidade e aos limites dos créditos orçamentários vigentes.

Desta forma, a Administração Pública resguarda-se ao estabelecer um teto máximo de gastos para o período contratual, conferindo total transparência e segurança jurídica ao futuro pacto, sem, contudo, se obrigar à execução da totalidade do montante estimado caso a demanda populacional não o exija.

A sistemática de execução e remuneração decorrente desta estimativa global ocorrerá de maneira estritamente vinculada à demanda efetiva. A liquidação da despesa dar-se-á de forma fracionada e parcial, condicionada à prévia autorização de cada procedimento pela Secretaria Municipal de Saúde e à sua escorreita realização pelo futuro prestador.

Para fins de aferição do valor devido a cada faturamento, a Administração vislumbra a adoção de uma tabela de referência com valores unitários pré-fixados, a exemplo da modelagem já consagrada no âmbito desta municipalidade por ocasião do Processo Licitatório 043/2021 – Inexigibilidade 002/2021 – Credenciamento 001/2021.

Cumprе ressaltar, contudo, que no atual estágio deste estudo ainda não se encontra em definitivo estabelecido se a base de precificação será estritamente a Tabela do Sistema Único de Saúde (Tabela SUS) ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 /3464 – 1348 /3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



outro referencial oficial de mercado, o que será objeto de aprofundamento e demonstração cabal no tópico específico de estimativa de preços.

Fato é que, à medida que os pacientes forem atendidos e os laudos entregues, a futura contratada fará jus ao recebimento do montante correspondente à somatória dos exames executados, valorados estritamente pelos índices da tabela que vier a ser oficializada, até que se finde a vigência contratual ou se esgote o teto financeiro globalmente estimado neste planejamento.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR (art. 18,§19, Inc. V da Lei nº14.133/2021) e (art. 9º, Inc. III da IN 58/2022).

Ao buscar soluções para a carência de procedimentos e consultas médicas especializadas, as pesquisas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) usualmente nos direcionam a duas alternativas principais: a **contratação via Pregão (para contratação ou para registro de preços)** e o **Credenciamento**. Ambas apresentam características distintas que devem ser cuidadosamente avaliadas.

Pregão:

A contratação por Pregão, seja para aquisição imediata dos serviços ou para formação de um Registro de Preços, é uma modalidade licitatória amplamente utilizada pela administração pública.

A principal vantagem do Pregão é sua capacidade de promover a ampla concorrência, o que tende a resultar em preços mais vantajosos para a administração pública. No caso do Pregão para Registro de Preços (SRP), ele oferece a flexibilidade de contratar os serviços conforme a demanda real for surgindo, sem a obrigatoriedade de consumir todo o quantitativo inicialmente estimado.

Por outro lado, as desvantagens do Pregão incluem a rigidez na execução do contrato, que pode dificultar ajustes rápidos diante de mudanças inesperadas na demanda ou nas condições de mercado.

Credenciamento:

O Credenciamento é uma alternativa mais flexível, que se assemelha a um chamamento público contínuo para prestadores de serviço que atendam a requisitos pré-estabelecidos.

A maior vantagem do Credenciamento reside na sua flexibilidade e na contínua possibilidade de adesão de novos prestadores. Ele permite que um número ilimitado de profissionais ou clínicas que preencham os critérios definidos pela Prefeitura se habilite a prestar os serviços, conforme a demanda for surgindo.

Isso é ideal para serviços de saúde especializados, onde a demanda pode ser variável e a diversidade de ofertas (por localização, horários, etc.) pode beneficiar o paciente.

Entretanto, as desvantagens do Credenciamento incluem a menor previsibilidade de agenda e disponibilidade dos prestadores, já que eles não têm a obrigação de atender a um volume fixo de serviços, e sim a demanda



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 /3464 – 1348 /3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



que lhes for encaminhada. Isso pode gerar desafios na gestão do fluxo de pacientes e na garantia de acesso rápido.

A gestão administrativa de múltiplos credenciados também pode ser mais complexa, exigindo um controle rigoroso dos serviços prestados por cada um.

Definição da melhor solução:

Ao analisar as alternativas disponíveis para a contratação de laboratório de exames para a Secretaria Municipal de Saúde de Estrela Dalva, o **credenciamento emerge como a melhor solução**, especialmente ao considerarmos a crucial viabilidade de múltiplos contratos que minimiza riscos de eventuais distratos ou embaraços na execução contratual.

A natureza do credenciamento, que permite a adesão contínua de um número ilimitado de prestadores que atendam aos requisitos pré-estabelecidos, é a sua maior força. Diferente de um pregão tradicional que resulta em um ou poucos contratos com volumes fixos, o credenciamento cria uma rede de atendimento diversificada. Isso significa que a Prefeitura não fica refém de um único fornecedor ou de um pequeno grupo. Se, porventura, um dos prestadores credenciados precisar rescindir seu contrato ou falhar na execução dos serviços por qualquer motivo, o impacto na oferta geral será minimizado.

A demanda pode ser prontamente redirecionada para outros credenciados que fazem parte da mesma rede, assegurando a continuidade dos serviços e, o mais importante, a não interrupção do atendimento à população.

Adicione-se a isso que conforme inciso XLIII do Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, o credenciamento é o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, credenciem-se para executar o objeto quando convocados.

Além do mais, há no âmbito específico do Município de Estrela Dalva, regulamentação através do Decreto Municipal 2.318 de 24 de julho de 2025 que, em âmbito municipal, disciplina o procedimento auxiliar de credenciamento.

5. REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

(art. 18, § 1º, inc. III da Lei nº 14.133/2021) e (art. 9º, inc. II da IN 58/2022)

Para garantir a qualidade, a legalidade e a eficiência na prestação dos serviços de exames laboratoriais de análises clínicas via credenciamento, a Prefeitura de Estrela Dalva estabelecerá critérios claros e objetivos para a habilitação dos interessados. Os requisitos a seguir visam assegurar que apenas prestadores qualificados e em conformidade com a legislação possam integrar a rede de atendimento do Fundo Municipal de Saúde:

Habilitação Jurídica, Fiscal e Trabalhista



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 /3464 – 1348 /3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



- **Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ):** Para empresas ou clínicas, é obrigatória a apresentação do CNPJ ativo e compatível com a atividade de prestação de serviços laboratoriais. Para profissionais autônomos, será exigido o Cadastro de Pessoa Física (CPF).
- **Contrato Social/Estatuto Social ou Declaração de Firma Individual:** Comprovante de registro e de capacidade de atuação jurídica, conforme a natureza do prestador.
- **Regularidade Fiscal Federal:** Apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).
- **Regularidade Fiscal Estadual e Municipal:** Comprovação de inexistência de débitos para com a Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais e do Município de Estrela Dalva, referentes a tributos mobiliários e imobiliários.
- **Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS):** Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal.
- **Inexistência de Dívidas Trabalhistas:** Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Qualificação Técnica

- **Registro no Conselho de Classe:** Comprovação de registro ativo e regular do profissional ou dos responsáveis técnicos no respectivo Conselho de Classe atinente ao ramo de prestação do serviço.
- **Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES):** Para pessoas jurídicas (clínicas, laboratórios) e, quando aplicável, para profissionais autônomos que atuam em estabelecimentos de saúde, é obrigatória a comprovação de inscrição regular no CNES, garantindo a conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).
- **Alvará de Funcionamento e Licenças Sanitárias:** Apresentação de alvará de funcionamento válido, emitido pela autoridade sanitária da jurisdição da proponente.
- **Capacitação Técnica para a Especialidade:** comprovando aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- **Disponibilidade de Equipamentos e Infraestrutura:** Declaração ou comprovação de que o local de atendimento possui os equipamentos, materiais e infraestrutura física mínimos necessários e adequados para a realização dos serviços credenciados, dentro dos padrões da ANVISA.

Qualificação Econômico-Financeira

- **Certidões Negativas de Falência ou Recuperação Judicial:** Comprovante de inexistência de decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial.

Requisitos geográficos

- **Localização da Sede/Unidade de Atendimento:** Será exigido que a unidade de atendimento do prestador esteja localizada em um raio de, no máximo, 10 quilômetros da sede do município de Estrela Dalva. Caso a proponente não possua instalações dentro do raio estipulado, esta deverá, obrigatoriamente, manter um preposto em posto de coleta na área urbana do município de Estrela



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 /3464 – 1348 /3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



Dalva. Este requisito é fundamental para garantir a eficiência e a economicidade do contrato, especialmente sob a perspectiva do interesse público. Distâncias maiores implicam em custos acessórios significativos, em particular o deslocamento dos pacientes até o local de prestação do serviço. Tal exigência visa minimizar o ônus para a população, que muitas vezes já enfrenta dificuldades de mobilidade, e otimizar os recursos do Fundo Municipal de Saúde que seriam direcionados para o transporte, permitindo que mais investimentos sejam feitos diretamente nos serviços de saúde.

Nas lições do mestre Marçal Justen Filho em sua Obra “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos” o Professor nos ensina que “O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter “competitivo” da licitação” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª Ed, São Paulo: Dialética, 2005, p. 63).

In casu o que se observa é que pelas características da prestação de serviços que envolve necessariamente o deslocamento do beneficiário há um significativo custo acessório embutido no que se diz respeito ao transporte do paciente.

Dessa forma, primando pela seleção da proposta mais vantajosa, mister se faz a restrição geográfica para evitar custos elevados e desnecessários que recairão sobre a Administração Municipal.

Ainda nessa toada, a E. Corte de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) teve oportunidade de firmar entendimento acerca da possibilidade de limitação geográfica, invocando para tato, os princípios da Eficiência e Economicidade com que devem ser pautar as contratações públicas, vejamos:

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. EXIGÊNCIA DE LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE LICITANTE. RAZOABILIDADE VERIFICADA . OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA E DA ECONOMICIDADE. IMPROCEDÊNCIA. A EXIGÊNCIA RELATIVA À LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA LICITANTE, ESTABELECIDA CONFORME A NATUREZA DOS SERVIÇOS QUE SERÃO PRESTADOS, DESDE QUE RAZOÁVEL E JUSTIFICADA, NÃO CARACTERIZA OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E DA COMPETITIVIDADE, UMA VEZ QUE VISA ATENDER AOS PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA E DA ECONOMICIDADE, UMA VEZ QUE, A ADMINISTRAÇÃO DEVE CONSIDERAR, PARA O ESTABELECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS, TAMBÉM O CUSTO-BENEFÍCIO. (TCE-MG - DEN: 932348, Relator.: CONS . GILBERTO DINIZ, Data de Julgamento: 12/05/2016, Data de Publicação: 27/06/2017)

Pelo exposto, entendemos que a restrição geográfica constitui medida essencial para preservação da supremacia do interesse público.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS (art. 18,519, Inc. VI da Lei nº14.133/2021) e (art. 9º, Inc. VI da IN 58/2022)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 /3464 – 1348 /3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



A mensuração financeira e a respectiva estimativa de preços no âmbito de um procedimento auxiliar de credenciamento, cuja natureza jurídica consagra a contratação paralela e não excludente, afastam-se diametralmente da lógica tradicional de disputa de lances que impera nas licitações convencionais.

Por estarmos diante de um cenário em que a Administração Pública almeja credenciar todos os laboratórios que preencham os requisitos técnicos, a fim de capilarizar o atendimento, a promoção de uma competição baseada no menor preço revelar-se-ia não apenas inexecutável, mas frontalmente lesiva ao interesse público.

A variação de valores pagos a diferentes prestadores pelo mesmo exame clínico ensejaria o rompimento da isonomia e fomentaria a perigosa precarização dos serviços de saúde oferecidos aos munícipes. Sendo assim, o arcabouço normativo da Lei Federal 14.133/2021 autoriza e orienta que, nestes casos, a própria Administração proceda à pré-fixação do valor a ser pago, cabendo aos particulares interessados apenas o aceite incondicional destas condições remuneratórias padronizadas.

Nesta toada, após minuciosa análise da série histórica de faturamentos e do volume orgânico de atendimentos laboratoriais demandados pela rede básica deste município em exercícios anteriores, **estipula-se que o valor global estimado para a presente contratação perfaz o montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)** para o período de vigência de **12 (doze) meses**. Cumpre reiterar que este montante global representa um teto financeiro máximo alocado para a despesa, não configurando, sob nenhuma hipótese, uma obrigação de gasto integral por parte da municipalidade caso a demanda fática da população não alcance tal patamar. A liquidação e o consequente pagamento dos serviços dar-se-ão estritamente sob demanda, à medida que os exames forem previamente autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde, escorreitamente realizados pelo laboratório credenciado e tiverem seus respectivos laudos disponibilizados aos pacientes.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(art. 18,519, Inc. VII da Lei nº14.133/2021) e (art. 98, Inc. IV da IN 58/2022)

A solução proposta para a prestação dos serviços de exames laboratoriais de análises clínicas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Estrela Dalva assenta-se, em sua essência, na contratação de laboratórios especializados via Credenciamento.

Esta modalidade administrativa foi estrategicamente escolhida por oferecer a melhor combinação de flexibilidade, eficiência e transparência, permitindo uma gestão de saúde pública contínua, descentralizada e altamente otimizada. O procedimento dar-se-á na exata forma de contratação paralela e não excludente, em estrita obediência ao preconizado no artigo setenta e nove, inciso primeiro, da Lei Federal 14.133/2021.

Tal enquadramento jurídico significa que a Administração Municipal habilitará todo e qualquer laboratório que venha a atender rigorosamente aos requisitos do edital, criando, destarte, um cadastro amplo de prestadores aptos. Neste cenário, afasta-se peremptoriamente a disputa de preços entre os interessados, e o número de contratados não sofre qualquer limitação quantitativa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 /3464 – 1348 /3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



O município manterá um banco perene de estabelecimentos qualificados e poderá acionar a rede para a realização dos exames, garantindo a ampla oferta e a máxima agilidade no processo.

Para assegurar a isonomia, a impessoalidade e a transparência absolutas na condução destes serviços, a distribuição da demanda laboratorial dar-se-á de forma igualitária e equitativa entre todos os laboratórios devidamente credenciados. Muito embora o processo de análise documental e a respectiva formalização do credenciamento obedeçam à estrita ordem cronológica de protocolo para fins de organização administrativa, uma vez que o prestador passe a integrar a rede ativa do município, o encaminhamento de pacientes e a consequente solicitação de exames serão rateados de maneira paritária entre os interessados habilitados. Essa sistemática, além de inquestionavelmente justa e aderente aos princípios republicanos, afasta qualquer risco de monopólio ou direcionamento, evitando o viés de subjetividade e garantindo a salutar pluralidade e eficiência no atendimento à população estrelense

Uma vez credenciada a rede de laboratórios, a operacionalização da solução compreenderá um fluxo de serviços contínuos e indissociáveis, que perpassa por múltiplas etapas logísticas e administrativas, configurando o ciclo de vida completo da contratação, assim dividido:

a) Fase de Requisição e Acolhimento (Etapa Pré-analítica Inicial): O nascedouro da prestação do serviço ocorre no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, que emite a autorização expressa e nominal para a realização do exame. De posse deste documento, o munícipe dirige-se à sede do laboratório credenciado — respeitado o raio máximo de dez quilômetros estipulado — ou ao posto de coleta obrigatoriamente mantido pela contratada na área urbana de nosso município. Exige-se da contratada, nesta fase, o acolhimento humanizado e a conferência rigorosa dos dados.

b) Fase de Coleta e Logística (Etapa Pré-analítica Intermediária): Consiste na coleta segura do material biológico em ambiente estritamente higienizado e por profissional habilitado. Caso a coleta ocorra no posto de apoio local, esta fase engloba o acondicionamento e o transporte seguro das amostras até o parque tecnológico do laboratório, em estrita observância às normas de biossegurança da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

c) Fase de Processamento Clínico (Etapa Analítica): Nas dependências do laboratório central do credenciado, as amostras serão processadas com aparelhagem de ampla dimensão tecnológica (com garantia de fabricação superior a seis anos). Todo o escrutínio deverá ser supervisionado e validado por profissional qualificado e detentor de registro ativo em sua respectiva entidade de classe.

d) Fase de Resultados e Laudos (Etapa Pós-analítica): O encerramento material do serviço concretiza-se com a emissão do laudo médico correlato. Este documento deverá ser disponibilizado de forma célere, clara e inequívoca, exigindo-se a estrita observância do sigilo médico e a proteção dos dados sensíveis do paciente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 /3464 – 1348 /3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



e) Fase de Gestão de Resíduos Sólidos e Impacto Ambiental: A contratada atrai para si a responsabilidade integral e indelegável pelo manejo e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos infectantes, perfurocortantes e químicos gerados, devendo obedecer rigorosamente ao seu Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS).

f) Fase de Faturamento e Liquidação Financeira: O ciclo de vida deságua na fase administrativa, momento em que a contratada apresentará o relatório quantitativo dos laudos emitidos. Esta prestação de contas viabilizará que a Administração Municipal promova a remuneração baseada nos valores preconizados pela Tabela do Sistema Único de Saúde (Tabela SUS), exaurindo a cadeia operacional.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO/CONTRATAÇÃO

(art. 18,519, Inc. VIII da Lei nº14.133/2021) e (art. 99, Inc. VII da IN 58/2022)

No bojo das diretrizes traçadas pela legislação pátria aplicável às contratações públicas, consagra-se que, em regra, os serviços e as aquisições deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis.

Tal fracionamento procede-se com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, desde que não acarrete a perda da economia de escala. Entretanto, o objeto delineado neste Estudo Técnico Preliminar será modelado e adjudicado de forma global, encontrando fulcro e amparo irretocável nos ditames do parágrafo terceiro, incisos primeiro e segundo, do artigo quarenta da Lei Federal número 14.133/2021. Esta opção exsurge por conta da inegável interdependência dos serviços a serem prestados, os quais consubstanciam uma verdadeira e indissociável "unidade no todo" quando analisados sob a ótica do atendimento à saúde.

A natureza dos serviços de exames laboratoriais de análises clínicas exige, de forma peremptória, uma abordagem unificada e contínua, tornando a adjudicação global da demanda de cada paciente a única via técnica e humanamente viável.

Não é possível, nem razoável, dividir a condução de um mesmo pedido médico de forma eficaz entre diferentes estabelecimentos credenciados. Fracionar este objeto significaria, a título de exemplificação prática, submeter um munícipe a múltiplas punções venosas e a deslocamentos por diversas clínicas distintas para realizar um único check-up básico, violando frontalmente os princípios da humanização do atendimento e da dignidade da pessoa humana.

Ao optar por esta modelagem global e indivisível em lotes, a Prefeitura de Estrela Dalva garante que um único laboratório credenciado será o responsável pela totalidade dos exames prescritos em cada requisição médica, assumindo desde a etapa pré-analítica de coleta até a emissão integral dos laudos e a respectiva prestação de contas.

Ademais, essa centralização procedimental na figura de um único prestador por atendimento simplifica sobremaneira a fiscalização do contrato por parte da Secretaria Municipal de Saúde, assegurando a uniformidade, a rastreabilidade e a integridade de todas as amostras biológicas ao longo do processo analítico. Esta sistemática afasta potenciais conflitos de competência, padroniza os protocolos de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 /3464 – 1348 /3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



biossegurança e, em última análise, otimiza o emprego dos recursos públicos, garantindo a máxima eficiência, celeridade e segurança jurídica na prestação do suporte diagnóstico à população estrelense.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

(art. 18,519, Inc. IX da Lei nº14.133/2021) e (art. 9º, Inc. X da IN 58/2022)

A formalização do presente planejamento, materializado através do credenciamento de laboratórios de análises clínicas, não se encerra na mera contratação de serviços, mas orienta-se teleologicamente para a concretização de melhorias substanciais na prestação da assistência à saúde no município de Estrela Dalva. Em estrita observância aos ditames da Lei Federal n.º 14.133/2021, que impõe a demonstração inequívoca dos ganhos de eficiência, a Administração Municipal vislumbra alcançar um conjunto robusto de benefícios, os quais se dividem em resultados de ordem geral, inerentes à macropolítica de saúde pública, e resultados de ordem específica, diretamente ligados à operacionalização da rede laboratorial.

No âmbito dos Resultados Gerais, a gestão municipal tem como desiderato alcançar as seguintes metas:

- a) Assegurar a continuidade ininterrupta dos serviços públicos de saúde, garantindo que o Sistema Único de Saúde (SUS) opere de forma plena e universal no município, sem hiatos assistenciais que possam colocar em risco a vida dos munícipes;
- b) Promover a eficiência, a impessoalidade e a transparência na alocação dos recursos públicos, assegurando que a despesa seja executada de forma equitativa e estritamente vinculada à prestação efetiva do serviço, com remuneração justa e isonômica ditada pela Tabela SUS;
- c) Fortalecer a confiança do cidadão nas instituições públicas, demonstrando a capacidade da Administração em gerir e suprir as carências estruturais da rede básica de saúde através de soluções administrativas inovadoras e legalmente amparadas.

Por sua vez, no que concerne aos Resultados Específicos advindos diretamente da execução material deste credenciamento laboratorial, almeja-se:

- a) Reduzir drasticamente o tempo de espera (filas) para a realização de exames básicos e especializados, propiciando celeridade na entrega dos laudos e, consequentemente, antecipando o diagnóstico e o início do tratamento médico adequado para os pacientes;
- b) Garantir o conforto e a humanização no atendimento aos utentes, mitigando o desgaste físico e financeiro decorrente de deslocamentos longos, uma vez que a exigência do raio máximo de dez quilômetros ou a instalação de posto de colheita urbano assegurará o acesso local ao serviço;
- c) Criar uma rede capilarizada e resiliente de prestadores de serviços laboratoriais, pulverizando o atendimento e blindando o município contra eventuais falhas operacionais, interrupções ou sobrecargas que ocorreriam caso a municipalidade dependesse de um único laboratório vencedor de um pregão tradicional;
- d) Padronizar a qualidade técnica dos exames oferecidos à população, assegurando que todas as amostras biológicas sejam processadas em equipamentos de ampla dimensão tecnológica e submetidas a um rigoroso controle de biossegurança exigido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 /3464 – 1348 /3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



10. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO
(art. 18,519, Inc. X da Lei nº 14.133/2021) e (art. 99, inc. XI da IN 58/2022)

Não se vislumbra, neste momento, providências prévias significativas a serem tomadas para preparar o ambiente administrativo da Prefeitura de Sapucaia para esta contratação.

O modelo de credenciamento é flexível e se integra às rotinas administrativas já existentes, como a gestão de pagamentos e a fiscalização de contratos. Os procedimentos necessários para o edital e a gestão dos credenciados serão absorvidos pelas equipes atuais, sem demandar alterações estruturais ou a criação de novos fluxos de trabalho que exijam preparação antecipada complexa.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES
(art. 18,919, Inc. XI da Lei nº14.133/2021) e (art. 99, Inc. VIII da IN 58/2022)

Não se vislumbra, neste momento, a necessidade de contratações correlatas para a plena funcionalidade da área de recreação infantil. A solução proposta, conforme detalhado neste Estudo Técnico Preliminar, foi concebida para ser completa e autossuficiente em seu escopo. Dessa forma, a implantação do projeto será viabilizada por meio de uma única contratação, o que simplifica o processo de gestão, reduz a burocracia e otimiza o uso dos recursos públicos disponíveis.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO
(ART. 18,51º, INC. XII da Lei nº14.133/2021) e (art. 99, Inc. XII da IN 58/2022)

A consecução dos serviços de exames laboratoriais de análises clínicas, em sua essência e dimensionamento para a realidade da demanda do município de Estrela Dalva, não é caracterizada como uma atividade geradora de impactos ambientais significativos ou de macrodegradação ao ecossistema local.

Contudo, em estrita observância às diretrizes de sustentabilidade encartadas na fase de planejamento pela Lei Federal número catorze mil cento e trinta e três de dois mil e vinte e um, faz-se imperioso reconhecer que a execução rotineira destes procedimentos de saúde acarreta, inevitavelmente, a produção de passivos específicos e pontuais, notadamente os denominados Resíduos de Serviços de Saúde.

Tais resíduos englobam materiais biológicos, lixo potencialmente contaminado, itens perfurocortantes empregados nas rotinas de coleta venosa e reagentes químicos inerentes à fase analítica, os quais demandam cautela, zelo e controle rigoroso em seu manejo para afastar qualquer risco de contaminação.

Nesta toada, as medidas de mitigação desenhadas para o presente planejamento consistem na atribuição de responsabilidade integral e exclusiva à futura credenciada pelo correto e seguro gerenciamento de todo o refugo gerado durante a prestação dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 17.710.096/0001-84

Rua Lauro Barbosa, 254 – Centro – Estrela Dalva – MG – CEP 36.725-000

Telefones: (32) 3464 – 1181 /3464 – 1348 /3464 – 1432

e-mail: licitacao@estreladalva.mg.gov.br



Exige-se da contratada a estrita observância e o fiel cumprimento do seu respectivo Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, cabendo a ela providenciar, às suas próprias expensas, a adequada segregação na fonte geradora, o acondicionamento seguro em recipientes apropriados e estanques, a coleta especializada e, por fim, a destinação final ambientalmente escoreta de todo o lixo contaminado.

Este processo logístico de descarte deverá alinhar-se incondicionalmente às normativas vigentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e do Conselho Nacional do Meio Ambiente, garantindo que a prestação do serviço de suporte diagnóstico ocorra de forma higiênica, sustentável e sem transferir qualquer ônus ou passivo ambiental para a Administração Pública Municipal.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

(art. 18,919, Inc. XIII da Lei nº14.133/2021) e (art. 9º, Inc. XIII da IN 58/2022)

Pelo constatado nos estudos preliminares considera-se que a contratação é viável em termos de disponibilidade, competitividade de mercado e forma de contratação, não se observando óbices ao seu prosseguimento.

Prefeitura de Estrela Dalva, MG. 01 de abril de 2026.

Elaborado por:

Michele Matos da Silva

Dirigente de Departamento de Ações em Saúde

Aprovado por:

Romero Borges Bittencourt

Secretário Municipal de Saúde